

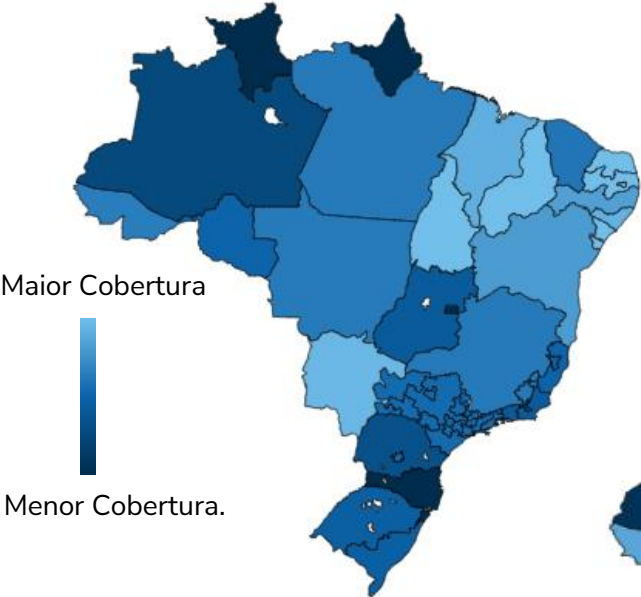
# Análise Integrada dos Impactos das PNT e sua influência nas tarifas

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Tecnologia dos Medidores de Energia Inteligentes (Sistema de Medição Centralizada - SMC) e sua utilidade no combate às perdas não-técnicas de energia, em atendimento ao Requerimento nº 177/2023 CME

12.12.2023

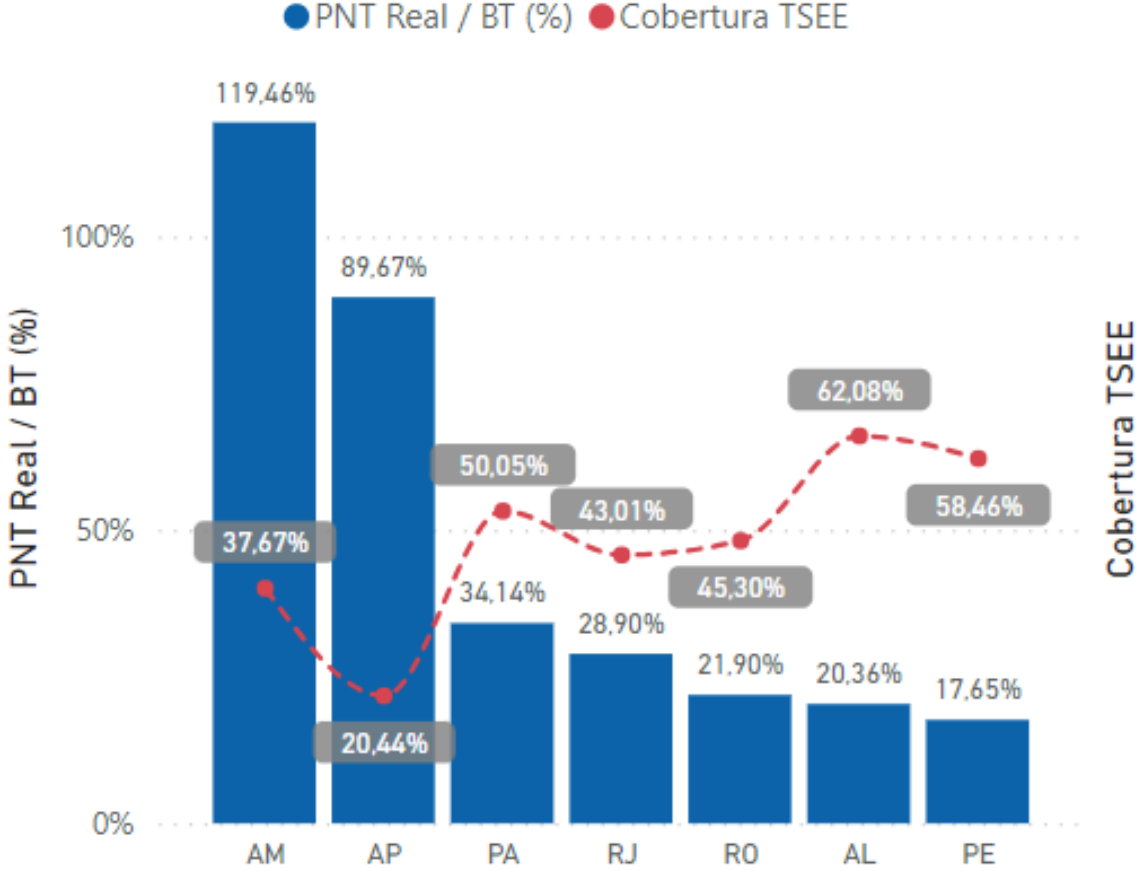
### Cobertura da TSEE no CadÚnico (%)



### PNT/Mercado BT (%)



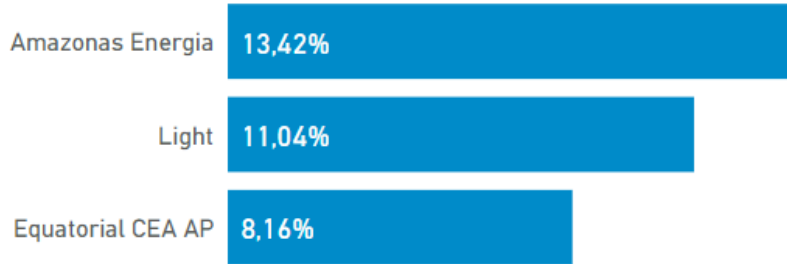
### Cobertura da TSEE x PNT/Mercado BT



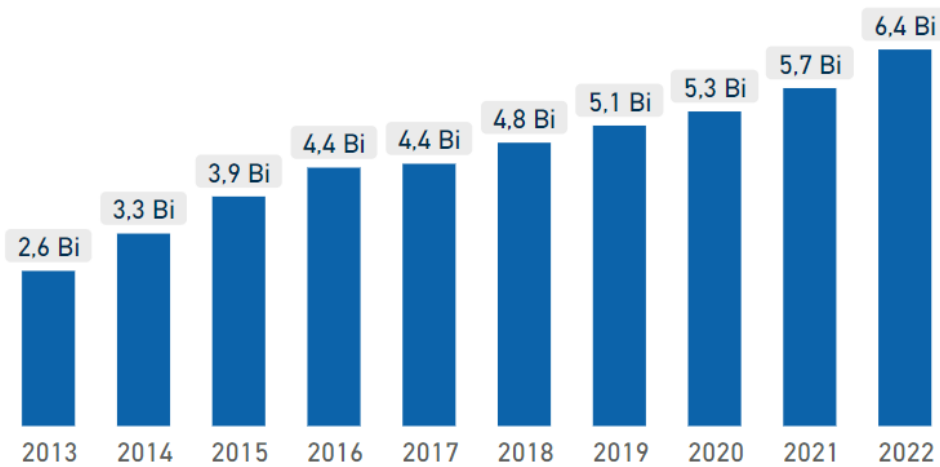
O furto de energia não é exclusivo da baixa renda.

# Quem paga essa conta?

## Impacto do furto na tarifa

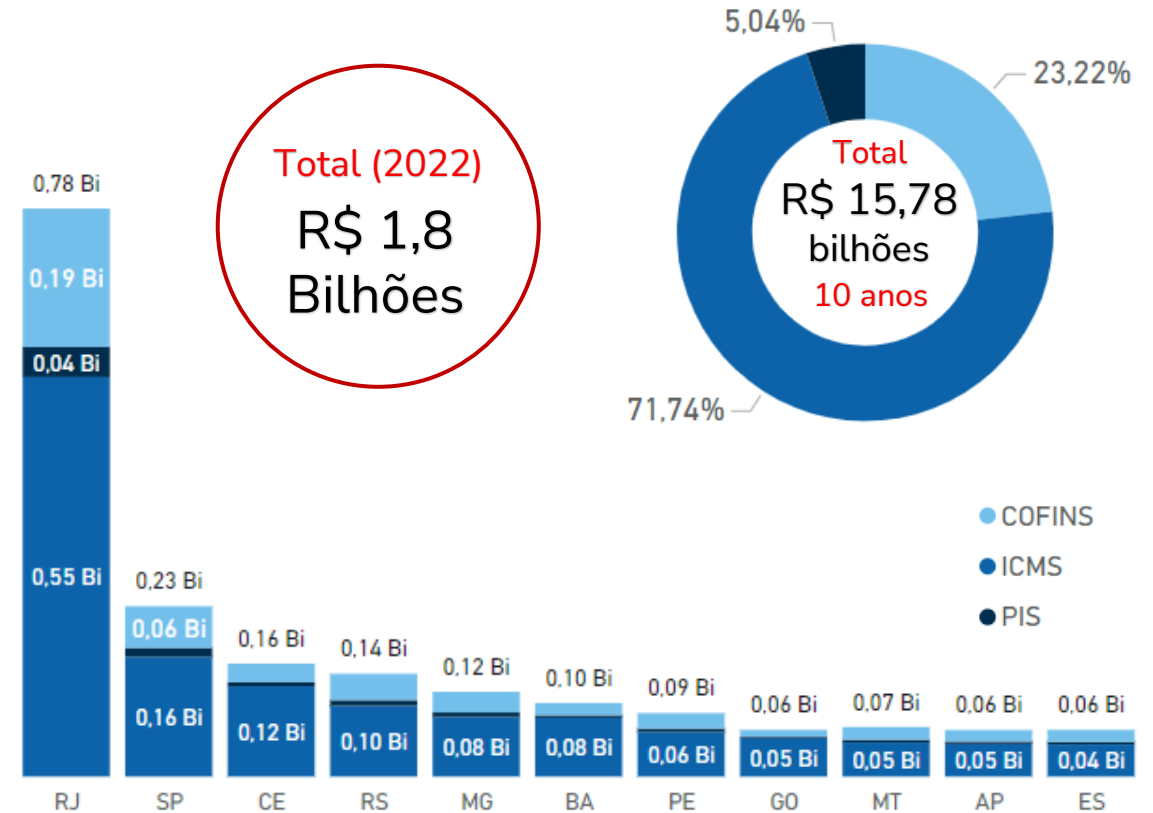


## Custo arcado pelo consumidor regular



**Em 10 anos**  
R\$ 45,94 bilhões

## Perdas na Arrecadação



## Dashboard integrado de PNT da FGV Energia

Acesse os dados do seu estado



# Análise Jurídica

01

**Tópico 1: Ordenamento Jurídico e Histórico Normativo – SMC**

02

**Tópico 2: Estudo Jurisprudencial**



Qual o histórico normativo e ordenamento jurídico do SMC?

- CF/88, arts. 22, 175
- Lei 8.987/1995, arts. 6º, §2º, 29, I e IV
- Lei 9.427/1996, art. 2º e 3º;
- Portarias Inmetro/Dimel nº 160/2012, 215/2012, 0068/2013, 0135/2013, 0038/2014, 0093/2018, 0169/2019, 0169/2020 e 0047/2020;
- PRODIST – Módulo 5: 34.9 A distribuidora pode, a seu critério (...) instalar sistema de medição externo (...);
- REN 414/2010 – Art. 78;
- REN 1.000/2021 – Art. 235 e art. 242;
- STF/ADI 7225;





DIREITO CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI ESTADUAL QUE IMPEDE A INSTALAÇÃO DE MEDIDORES EXTERNOS POR CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS DO SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO. (...) Fixação da seguinte tese de julgamento: “É inconstitucional lei estadual que proíbe a instalação de medidores externos de energia elétrica pelas empresas concessionárias do serviço, por violação da competência privativa da União para legislar sobre a matéria”. (ADI 7225, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 22/02/2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 16-03-2023 PUBLIC 17-03-2023)



ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL 1803/2012, do MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES. OBRIGAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA A INSTALAR MEDIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA NOS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO E SANÇÃO PARA O DESCUMPRIMENTO. INVASÃO DE COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DA UNIÃO. INCONSTITUCIONALIDADE. (...). Vício de inconstitucionalidade formal. (...) Acolhimento da arguição com declaração da inconstitucionalidade dos artigos apontados.” (Arguição de Inconstitucionalidade nº 0044702-12.2012.8.19.0000, Rel. Des. MARIA AUGUSTA VAZ, Órgão Especial, TJ/RJ, julgado em 17.06.13))